

A Revolução Liberal de 1820 e o nascimento da imprensa periódica do Porto (1820-1823)

*Professor Catedrático Jubilado da Universidade do Porto
Presidente de Direção do CEPESE*

É necessário... estabelecer a Liberdade de Imprensa: pois sem ela não é compatível a existência de uma Monarquia Constitucional

(Manuel Borges Carneiro, *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 13.2.1821, p. 88)

A livre comunicação dos pensamentos é um dos mais preciosos direitos do homem. Todo o cidadão pode, conseqüentemente, sem dependência de censura prévia, manifestar suas opiniões em qualquer matéria; contanto que haja de responder pelo abuso desta liberdade nos casos e na forma que a lei determinar.

(Decreto das Bases da Constituição, *Diário das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa*, sessão de 9.3.1821, p. 230)

Introdução

A Revolução do Porto de 24 de Agosto de 1820, que conferiu à cidade, no plano político, o protagonismo da mudança que ocorreu em Portugal entre 1820 e 1834, e mesmo até meados do século XIX, deu início ao regime constitucional no País, seguindo o exemplo da “Gloriosa Revolução” inglesa (1688-1689), da Revolução Americana (1775-1783), da Revolução Francesa (1789-1799) e das revoluções em Espanha (1812-1814 e 1820-1823), as quais

inspiraram não só Portugal, como outros movimentos liberais europeus que ocorreram nas primeiras duas décadas do século XIX.

Ao triénio constitucional (1820-1823) seguiram-se três anos de Absolutismo moderado (1823-1826) e uma experiência politicamente instável, baseada na Carta Constitucional (1826-1828), que, ao dar lugar a um Absolutismo radical, o Miguelismo, provoca uma nova intervenção do Porto em defesa dos ideais do Liberalismo, a Revolução/Revolta de 16 de Maio de 1828. Finalmente, em 1832, a cidade do Porto vai-se afirmar, de novo, como bastião do Liberalismo, acolhendo o exército de D. Pedro e desafiando o cerco então desenvolvido pelas forças miguelistas (1832-1833), de tal forma que, com a sua resistência, determinou, em grande parte, a derrota final do Portugal velho e a instauração definitiva do Liberalismo no nosso País, em 1834.

O período conturbado que o Porto viveu entre 1820-1834, pautado por avanços e recuos a nível político, encontra-se ainda pouco investigado. As duas Histórias da cidade, dirigidas respetivamente por Artur de Magalhães Basto (1962-1965) e Oliveira Ramos (1994), dão-lhe pouco relevo, não havendo nenhum trabalho que se debruce concretamente sobre a história da cidade nesta época, sob o ponto de vista demográfico, urbanístico, político, social, económico ou cultural. As sínteses existentes são generalistas e os escassos estudos setoriais efetuados demasiado irregulares ou lacunares. Tal acontece porque há ainda uma aturada investigação a desenvolver, a obrigar ao levantamento das fontes manuscritas e impressas, abundantes, que aguardam por uma análise minuciosa e morosa, nos arquivos e bibliotecas.

Falta à história do Porto na primeira metade do século XIX o estudo, por exemplo, que foi desenvolvido por Ribeiro da Silva quanto ao Porto no tempo dos Filipes (1580-1640), o qual não pode ser traçado por um só historiador, mas por uma equipa de investigadores, que permita apreender e compreender o Porto nos seus múltiplos aspetos, numa das fases mais ricas, pujantes e fascinantes da multissecular existência de um burgo que sempre revelou uma forte identidade e raro sentido de liberdade.

1. A Imprensa periódica do Porto nas vésperas da Revolução Liberal

Artur de Magalhães Basto, profundo conhecedor da história do Porto, em artigo publicado no *Boletim da Câmara Municipal do Porto* sobre o jornalismo portuense, escreveu que, antes da Revolução Liberal de 1820, “quase não houvera jornalismo no Porto” (Basto, 1940: 6). E tinha razão. Com efeito, até 1820, o Porto apenas regista, segundo Augusto Xavier da Silva Pereira, Alfredo da Cunha e José Tengarrinha, seis publicações periódicas:

- *Zodíaco Lusitânico-Délfico*, considerado o primeiro jornal de medicina, de 1749, apenas com um número, o que levanta, desde logo, o problema de ser integrado nesta categoria;
- *Gazeta Literária*, jornal literário e enciclopédico, que durou 12 meses, entre julho de 1761 e junho de 1762, mas que foi impresso no Porto apenas na primeira parte, sendo a segunda parte impressa em Lisboa.
- *Ano Médico, que contém as observações meteorológicas e médicas feitas na cidade do Porto*, de José Bento Lopes, publicado em abril de 1796, que não é mais do que a compilação dos artigos que aquele autor escreveu mensalmente para o *Jornal Enciclopédico*, entre fevereiro e novembro de 1792, estando longe de poder ser considerado uma publicação periódica;
- *Leal Português, publicado entre 1808-1810, suspenso em março de 1809, com a entrada das tropas francesas de Soult no Porto, e reatado ainda nesse ano, a 24 de junho*;
- *Diário do Porto*, com cinco números publicados em abril e maio de 1809, “com permissão e aprovação do Governo” francês de Soult, durante a sua estadia no Porto, com suplementos, um “Boletim extraordinário” e um “Aviso”;
- *Folha Mercantil da Cidade do Porto*, jornal comercial iniciado em 1817, mas provavelmente em 1816, de que falaremos em seguida.

Em resumo, destas seis publicações, apenas quatro podem ser consideradas publicações periódicas, a *Folha Mercantil da Cidade do Porto*,

eminentemente comercial, a *Gazeta Literária*, o *Leal Português* e o *Diário do Porto*, estes dois últimos noticiosos, de feição política.

2. A imprensa periódica do Porto após a Revolução Liberal de 24 de Agosto de 1820

A imprensa periódica, que proliferou de imediato após a Revolução do Porto de 1820, informando, divulgando e instruindo, rapidamente se constituiu num instrumento das transformações sociopolíticas, uma “poderosa arma” ao serviço das novas ideias e da renovação política e cultural, ferozmente combatida pelos partidários do regime absolutista e sufocada, graças à censura, durante o Miguelismo (1828-1832).

Os jornais do Porto, entre 1820-1834, eminentemente políticos, afirmar-se-ão em defesa e em oposição ao Liberalismo, digladiando-se entre si com violência inaudita. Mas também vão ter um importante papel na difusão de conhecimentos úteis e dos debates de interesse nacional, na discussão de temas até então desconhecidos ou interditos, enfim, na formação da “opinião pública”.

Lamentavelmente, a história da imprensa do Porto, no século XIX, ou seja, a partir de 1820, está ainda por fazer, apesar dos valiosos contributos fornecidos por Artur de Magalhães Basto no seu *O Porto do Romantismo* (1932) e no artigo intitulado “Três fases do jornalismo portuense”, publicado *Boletim da Câmara Municipal do Porto* em 1939 (editado em separata no ano seguinte), e do trabalho de Carmo Reis sobre a imprensa periódica do Porto entre 1836-1866 (2000).

Não se trata de saber com alguma profundidade o papel que a imprensa do Porto teve durante um dos períodos mais importantes da história da cidade, mas apenas conhecer os jornais do Porto, os seus proprietários ou redatores, a sua duração e razões do seu aparecimento e extinção, a tiragem, periodicidade, preço, natureza, âmbito geográfico, ideologia, etc. Nem sequer sabemos, com rigor, quantos foram, quais os seus títulos e duração, uma vez que os trabalhos que direta ou indiretamente abordam os jornais do Porto após 1820 não são concordes entre si ou revelam-se lacunares

– o que se deve, em grande parte, ao facto de as coleções de periódicos para esta época não existirem completas nas bibliotecas portuguesas, ou nem existirem de todo, e por outro lado, porque os autores que se debruçaram sobre este tema repetiram o que outros escreveram, sem se darem ao trabalho, moroso, cansativo, sem dúvida, de consultarem as fontes, as publicações periódicas, porque só assim se podem desfazer dúvidas e não eternizar erros comuns, que de tanto se reiterarem passam por verdade.

Esclarecida esta questão, vejamos os jornais que se publicaram no Porto entre 1820-1834, ressaltando desde já qualquer pequena imprecisão.

Em 1820, embora Adrien Balbi, no seu *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve* (2 volumes, Paris, 1822) tenha escrito que no Porto não havia qualquer publicação periódica, afirmação que induziu em erro Silva Pereira, Alfredo da Cunha (1941) e outros investigadores, e mesmo José Tengarrinha na sua *Nova História da Imprensa Portuguesa* (Lisboa, 2013), que só regista, em todo o Reino, três periódicos editados em Lisboa (2013: 38), além de cinco jornais portugueses publicados em Londres e Paris, a verdade é que no Porto, vinda já, pelo menos, de 1817 (porventura, do ano anterior), saía a *Folha Mercantil da Cidade do Porto*.

Com a “permissão de Sua Majestade”, a *Folha Mercantil da Cidade do Porto* era publicada às terças e sábados, sendo produzida na Tipografia à Praça de Santa Teresa (atual Praça Guilherme Gomes Fernandes). Tratava-se de uma folha única, impressa de ambos os lados, portanto, com apenas duas páginas, em edição numerada, com a indicação do ano, preço da assinatura anual (8 000 réis) ou semestral (4 800 réis), local de subscrição, dia da semana e data, apresentando uma dimensão de 37 x 24 cm (Guimarães, 2004: 343-350)¹. Registava, desde as suas origens, várias secções, distribuídas pelas duas páginas. Na primeira página, regra geral, as embarcações que entravam e saíam pela barra da cidade do Porto; as embarcações existentes no rio Douro, nacionais e estrangeiras e seus destinos, tonelagem e, por

1 J. Ver ainda, do mesmo autor, “Da Imprensa oitocentista como fonte histórica: análise de alguns periódicos mercantis do período constitucional”, *INCID. Revista de Ciências da Informação e da Documentação*, ano I, n.º 1, Porto, Universidade Portucalense Infante D. Henrique, 2004, pp. 237-256.

vezes as cargas; correspondência de pesos e medidas; as notícias e avisos de teor comercial; e os descontos e câmbios. Na segunda página, os “preços correntes dos géneros em grosso” e as “resoluções” que informam quanto à legislação régia e mesmo estrangeira com impacto comercial.

Em janeiro de 1822, continuando a *Folha Mercantil da Cidade do Porto*, surge o *Periódico Mercantil da Cidade do Porto*, impresso na mesma tipografia, de formato ligeiramente maior (37,5x25,5 cm), com as mesmas secções e “conteúdo muito semelhante àquela folha”, o qual se publicou até 24 de maio de 1828, uma vez que, na sequência da Revolução Liberal do Porto de 16 de maio de 1828, e sendo impresso na tipografia do jornal absolutista *Correio do Porto*, esta foi destruída pelos populares afetos à Carta Constitucional.

Retirando do Porto as tropas liberais, o *Periódico Mercantil da Cidade do Porto* retoma a publicação em 4 de outubro do mesmo ano, mantendo-se até 7 de julho de 1832 (último número conhecido), quando o exército comandado por D. Pedro IV estava prestes a ocupar o Porto – o que pressupõe que o seu redator era partidário do miguelismo.

Contudo, aproveitando o vazio provocado pela suspensão temporária da publicação do *Periódico Mercantil*, a partir de 1 de julho de 1828, aparece na cidade a *Folha Comercial do Porto*, igualmente bissemanal, publicada às terças e sextas-feiras, com redação na Rua de Trás, tendo como redator Bernardo José Duarte (a que sucedeu, em 1835, José Maria Neves, seu genro), impresso na Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos. Este periódico, a partir de janeiro de 1832, passou a designar-se apenas *Folha Comercial*, e vai ser editado até 12 de agosto de 1836 (Guimarães, 2004a e 2004b).



A Revolução Liberal do Porto, em 1820, deu origem ao aparecimento de alguns jornais. Imediatamente a seguir à Revolução, publicou-se o *Diário Nacional* (1820), a que logo se seguiu o *Regeneração de Portugal* (1820); o *Génio Constitucional* (1820); e o *Correio do Porto*, que irá manter-se até 1834. Isto é, quatro títulos que, na verdade, constituíram apenas três jornais, uma vez que, como referimos, o *Diário Nacional* deu lugar ao *Regeneração de Portugal*, que por sua vez foi continuado pelo *Correio do Porto*. O outro jornal impresso no Porto, o *Génio Constitucional*, também não sobreviveu a 1820, de tal forma que apenas o *Correio do Porto* transitou para 1821. Caracterizemos sucintamente estes jornais.

O primeiro jornal que surgiu no Porto (e no Reino) após a Revolução de 24 de Agosto de 1820 foi o *Diário Nacional*, a 26 de agosto do mesmo ano, a um sábado, e que se publicou até 5 de setembro de 1820, sendo interrompido devido a um incêndio que destruiu a Tipografia da Viúva Alvarez

Ribeiro & Filhos, onde era impresso. Trata-se do órgão oficial/oficioso da recém-criada Junta Provisória do Governo Supremo do Reino saída da Revolução, presidida por António da Silveira Pinto da Fonseca, publicando, como observa José Tengarrinha, “as proclamações e documentos oficiais produzidos pelas autoridades liberais” (Tengarrinha, 2013: 335), assim como informações sobre os acontecimentos político-militares que tiveram com palco a capital do Norte.

Este periódico diário (exceto domingos), além dos documentos emanados da Junta Provisória do Reino instalada no Porto, continha notícias nacionais e estrangeiras, discursos e reflexões políticas, com o objetivo de demonstrar as vantagens do sistema constitucional (Pereira, [2008]: 399). Tendo como fundador e redator António Norberto Fernandes, o *Diário Nacional*, diário, como o formato de 29x21 cm, com quatro páginas impressas a duas colunas e vendido a 30 réis por folha, publicou nove números.



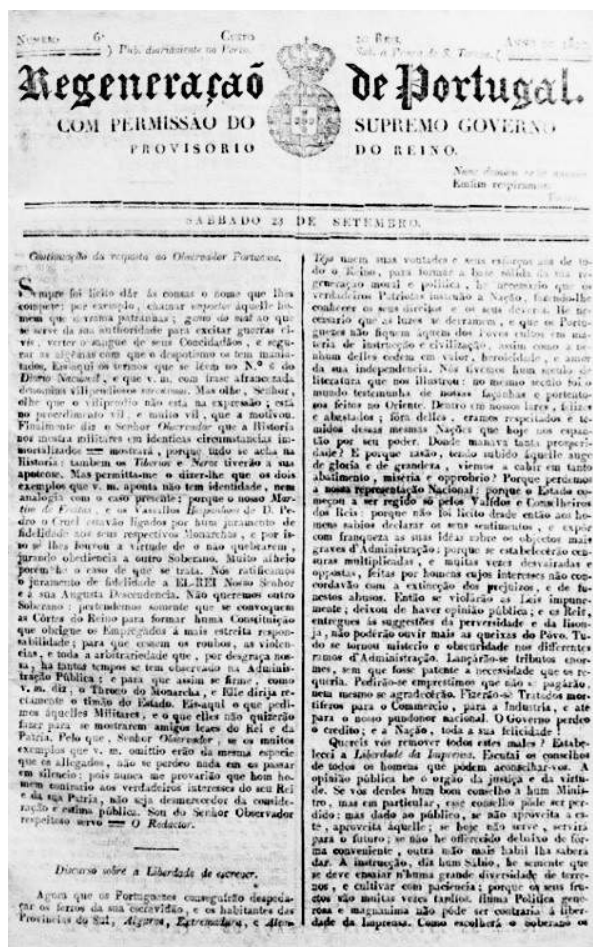
Em 18 de setembro de 1820, segunda-feira, surgiu o *Regeneração de Portugal*, autorizado também pela Junta Provisória, igualmente diário, que se manteve por poucos dias, até 27 de setembro, ou seja, o dia da criação, em Alcobaça, da Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, constituída por representantes da Junta Provisória (sediada no Porto) e do Governo interino (sediado em Lisboa), de forma a unir o País.

Esclarece no primeiro número que

“tendo acontecido o deplorável incêndio que reduziu a cinzas a Oficina Tipográfica da Viúva Alvares Ribeiro e Filhos, tornou-se impraticável a publicação do *Diário Nacional*, no mesmo formato. Mas importando muito que a Cidade Restauradora tenha um periódico que lhe mostre todos os dias o respeito e feliz progresso de salvação pública, não podia o liberal Governo que nos rege deixar de ser sensível aos votos dos ilustres Portuenses, e por isso, permitiu que se desse este princípio a um novo periódico, com o título de *Regeneração de Portugal*. Dará notícias nacionais e estrangeiras, mas análogas à grande causa que defendemos. Conterá todos os documentos dimanados do Governo Supremo, relativos ao mesmo assunto, discursos, reflexões políticas tendentes a mostrar as vantagens do sistema constitucional e os danos gravíssimos do despotismo”.

Pretendia, portanto, ser um jornal noticioso da vida nacional e de outros países, apresentando todos os documentos produzidos pela Junta Provisória, discursos e reflexões políticas, com o objetivo de demonstrar as vantagens do sistema constitucional.

Impresso na Tipografia à Praça da Santa Teresa, o *Regeneração de Portugal*, de formato igual do seu antecessor (29x21 cm), com duas páginas a duas colunas, vendido a 20 réis por folha, publicou oito números, constituindo um jornal de transição para o aparecimento de outro periódico.



A continuar o *Regeneração de Portugal*, no dia a seguir à extinção deste, ou seja, a 27 de setembro, no mesmo dia em que saiu o suplemento ao número oito (e derradeiro) do *Regeneração*, impresso na mesma tipografia à Praça de Santa Teresa, é dado ao público o primeiro número do *Correio do Porto*, diário autorizado pela Junta Provisional do Governo Supremo do Reino, criada nesse mesmo dia em Alcobaça, assumindo uma “feição puramente liberal”, a demonstrar assim uma certa proteção política do novo Governo, tal a rapidez com que foi aprovada a sua publicação.

Esclarece no seu primeiro número que “por motivos mui ponderosos não pôde continuar a publicação do periódico intitulado *Regeneração de Portugal*; porém, confia-se que a substituição dele pelo nosso *Correio do Porto* satisfará os senhores assinantes daquele periódico e o público em geral”.

Assumiu o formato mais comum dos jornais portuenses (30x21 cm), com quatro, seis e por vezes dez páginas, e suplementos que designava por

“extraordinários” gratuitos para os subscritores e ao preço de 20 réis para os restantes leitores, e teve como seu primeiro redator Joaquim Rodrigues de Andrade, que já exercera idênticas funções, segundo José Tengarrinha, no *Correio de Lisboa*, iniciado em 1 de outubro de 1912. As suas secções compreendiam “notícias estrangeiras”, “Cortes Nacionais”, “notícias do Reino”, correspondência, “legislação”, “avisos” (anúncios), etc.

A partir de 1821, mais concretamente de fevereiro desse ano em diante, quando se iniciou nas Cortes o projeto de reforma da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, gerando um polémico debate até 1822, alargado de imediato ao País através da imprensa periódica e dezenas de folhetos, o *Correio do Porto* coloca-se ao lado da Companhia, dando grande relevo aos textos produzidos a favor da continuidade desta Instituição, à qual chega a dedicar Folhas (designação sinónima de jornal) e Suplementos em exclusivo. Por outro lado, este jornal reduz significativamente o espaço concedido às sessões parlamentares, valorizando o Governo e a chegada do Rei vindo do Brasil. Esta posição indiferente às Cortes vai ser reforçada com a perda sucessiva dos privilégios de que a Companhia gozava, por decisão das Cortes em 1821-1822, e com a independência do Brasil em 7 de setembro de 1822, que gerou uma generalizada hostilidade aos liberais, incluindo a burguesia ligada ao comércio com o Brasil.

Após a Vilafrancada em 1823 e a restauração do absolutismo em Portugal, com a extinção da *Borboleta Constitucional* nesse mesmo ano, até 1826, o *Correio do Porto* vai ser praticamente o único jornal do Porto. Sofre a concorrência de outros jornais liberais entre 1826 (outorga da Carta Constitucional por D. Pedro IV) e 1828, e na sequência da Revolução Liberal do Porto de 16 de maio deste ano, suspende a sua publicação em 17 de maio, até 4 de julho seguinte, tendo sido a sua tipografia destruída por populares liberais, tal o ódio que estes devotavam a este periódico ultra-absolutista. A partir de 4 de julho de 1828, surgiram “números extraordinários” do *Correio do Porto* impressos na tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, mas o jornal reaparece em 8 de julho com o n.º 118, reatando a numeração anterior, e de novo impresso na sua tipografia, à Praça de Santa Teresa.

Voltou a reinar sem concorrentes até julho de 1832, quando D. Pedro IV ocupou o Porto. O *Correio do Porto*, que já tinha abandonado a cidade, acabou por se fixar, nos inícios de 1833, em Coimbra, reatando a sua publicação em 7 de janeiro, e transforma-se em folha oficial do Governo miguelista de 3 de agosto em diante, visto ter terminado, em 23 de julho de 1833, a *Gazeta de Lisboa*, órgão oficial do Governo de D. Miguel, tendo sido seu redator, nesta parte final, o padre miguelista Alvito Buela Pereira de Miranda.

Finalmente, o “jornal do cavalinho”, como também era conhecido, por a partir de certa altura ter passado a ostentar um cavalo montando por um carteiro no seu cabeçalho, por cima do título, extinguiu-se definitivamente em 7 de maio de 1834, com o seu n.º 107, na sequência da entrada do exército liberal em Coimbra. O *Correio do Porto* foi, assim, o jornal do Porto de maior duração no primeiro triénio liberal e mesmo até 1834, a demonstrar uma solidez financeira invejável, quando comparado com os outros jornais da cidade.

Os redatores da imprensa periódica do Porto, durante o Vintismo ou Triénio Liberal (1820-1823), com exceção de João Nogueira Gandra, redator do *Borboleta Constitucional*, e de um ou outro proprietário ou redator, permaneciam no anonimato, não dando a conhecer os seus nomes nas páginas dos jornais de que eram responsáveis. O mesmo aconteceu com os redatores do *Correio do Porto*. Mas o nome que aparece associado a este periódico e que mais tempo se manteve como seu principal responsável é o de João António Frederico Ferro, que sempre “mostrou aversão às ideias liberais” desde 1820, o homem que, desde muito cedo, lhe imprimiu um cariz absolutista até à sua extinção. Desde quando? Estamos convencidos de que a partir de 1821, quando o *Correio do Porto* passou a valorizar, ainda que com moderação, a figura do Rei, a secundarizar as Cortes Constituintes e a defender a causa da Companhia do Alto Douro, então ameaçada de perder os seus privilégios e, quiçá, a sua existência.

João Ferro, licenciado em Cânones pela Universidade do Coimbra, jurisconsulto, latinista e poeta, era funcionário da Companhia, um dos secretários desta Instituição em 1822-1823, passando a secretário único a partir de 1824, funções em que se manteve até 1833-1834, quando a Junta da Companhia miguelista, retirada

do Porto face à aproximação do exército liberal, se instalou na Régua e acabou por se extinguir com a chegada ao Alto Douro das forças do duque da Terceira².

Pensamos, assim, que a viragem do *Correio do Porto* de liberal para absolutista, em 1821, tem a ver com a ameaça da extinção da Companhia do Alto Douro e a influência de João Ferro na redação deste jornal, financiado muito provavelmente pela Companhia, cujos administradores e principais acionistas pertenciam a famílias miguelistas. Aliás, Balbi, no seu *Essai Statistique*, publicado em 1822, ao apresentar os títulos e redatores dos jornais do Porto em junho de 1821, no que ao *Correio do Porto* diz respeito, apresenta como redatores “Ferro e Gonçalves”, a revelar, assim, que João Ferro era já o seu principal responsável.

NUMERO 1. CUSTO 10 REIS. ANNO DE 1820.

Correio do Porto.
COM PERMISSÃO DO SUPREMO GOVERNO
PROVISÓRIO DO REINO.

Sub. a Prop. de S. Teófilo.
Publicação diária.

Por meios não poderem não poder continuar a publicação do Periódico intitulado em Regeneração de Portugal: — porha cõghe: que a substituição dell, pelo novo CORREIO DO PORTO, — satisfaz a os Senhores Assistentes doquelle Periódico, e o Publico em geral. Contado:

Toda a pessoa que tiver assignado para a folha, Regeneração de Portugal, e não quizer receber em lugar della o CORREIO DO PORTO, pôde mandar procurar a reposição do prego da assignatura, menos 140 reis, pelo que proporcionalmente cabe aos 8 numeros impressos e distribuidos.

QUARTA FEIRA 27 DE SETEMBRO.

Em huma das Gazetas Inglesas vindas pelo ultimo Paquete de Inglaterra, achamos, transcritos das Actas do Parlamento, dois artigos que com muito gosto apresentamos aos nossos leitores, pois que manifestão de hum modo clarissimo, quaes são os sentimentos do Gabinete de Londres, a respeito dos acontecimentos de Hespanha que têm analogia tem com os do nosso País: e deve notar-se bem o muito que em ambas as Camaras disserão em poucas palavras os seus Secretarios de Estado Conde de Liverpool, e Lord Castlereagh, em resposta ao que lhes perguntarão os Lords Holland, e Russell. Eis aqui, pois, os artigos de que fallamos:

Câmara dos Pares, allas Câmara Alta, Sessão de 31 d'Agosto de 1820.

Levantou-se o Lord Holland, e disse que tinha a fazer algumas perguntas sobre hum objecto de tamanha grandeza, como era esse que agora tinha de attrahir a mais séria attenção da Camara: hum objecto em que se interessava profundamente a paz e a tranquillidade da Europa, e do Género Humano. Sua Senhoria citou então a Nota que a Corte da Russia dirigio ao Ministro de Hespanha, residente em S. Petersburgo, e o Memorial que a mesma Corte remittiu ás ditas Cortes grandes da Europa. Observou Sua Senhoria que o primeiro dos ditos documentos, concebido aqui e alli em forma pouco intelligivel, exprime a indignação com que a Corte da Russia vê a Revolução de Hespanha; e o segundo documento fallia em alguns contractos que se dizem celebrados em Novembro 1808 entre as ditas grandes Potencias Europeas, dando o Imperador da Russia, a entender que nemos contractos se estipularam intermettem-se as ditas Potencias nos negocios de Hespanha no caso de se concluir algum novo tratado naquella Realma e que o respeito desse tratado indicaria as miras das Potencias a intermettem-se em toda a revolução que acoitcesse em qualquer parte, e particularmente na Hespanha. Perguntou então Sua Senhoria, em 1.º lugar: que contractos serão aquelles de que fallava a Corte de S. Petersburgo? Perguntou em 2.º lugar: se a Grã-Bretanha era huma das Partes contractantes nesses ajustes? Perguntou em 3.º lugar: se o Governo da Grã-Bretanha entendia os ditos contractos no mesmo sentido em que o Imperador da Russia os explicava? E como na Memorial Rusiano se fallava em huma requisição que se deveria fazer ás Cortes aliadas, tendente a induzilas a que hajão de persuadir a Hespanha para que reprove os actos pelos quaes reconvio sua antiga Constituição; intimando-lhe que no caso de assim o não fazer, se compertaria com ella as relações de paz, amizade, e boa harmonia: perguntou mais Sua Senhoria, se o Governo da Grã-Bretanha tinha recebido algum dos ditos Memorias da Russia? e que resposta se lhe havia dado? Finalmente perguntou, se a resposta dada á Russia, tal qual todo o homem de bom senso que se daria, fôra communicada ao Governo de Hespanha com a certeza de se conservarem com elle as relações de paz e amizade?

Respondeo o Conde de Liverpool: que, se he que causasse os contractos em que Lord Holland fallava, a Grã-Bretanha não entrava nelles; e que este Governo havia já communicado ao de Hespanha os seus desejos de conservarem entre si as relações mais pacificas, e amigaveis, e não havia fundamente algum para recear que se interimpressem estas relações.

Lord Holland, assim como toda a Camara, ficou satisfeito com esta resposta dada pelo Secretario de Estado Conde de Liverpool.

Câmara dos Comuns, allas Câmara Baixa.

Lord J. Russell levantou-se para chamar a attenção da casa, e do Lord Castlereagh que lhe ficava

2 SOUSA, Fernando de. VIEIRA, Francisco. DIAS, Joana. 2003. “A administração da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1852)”. Separata da revista *População e Sociedade* n.º 10. Porto: CEPESE.

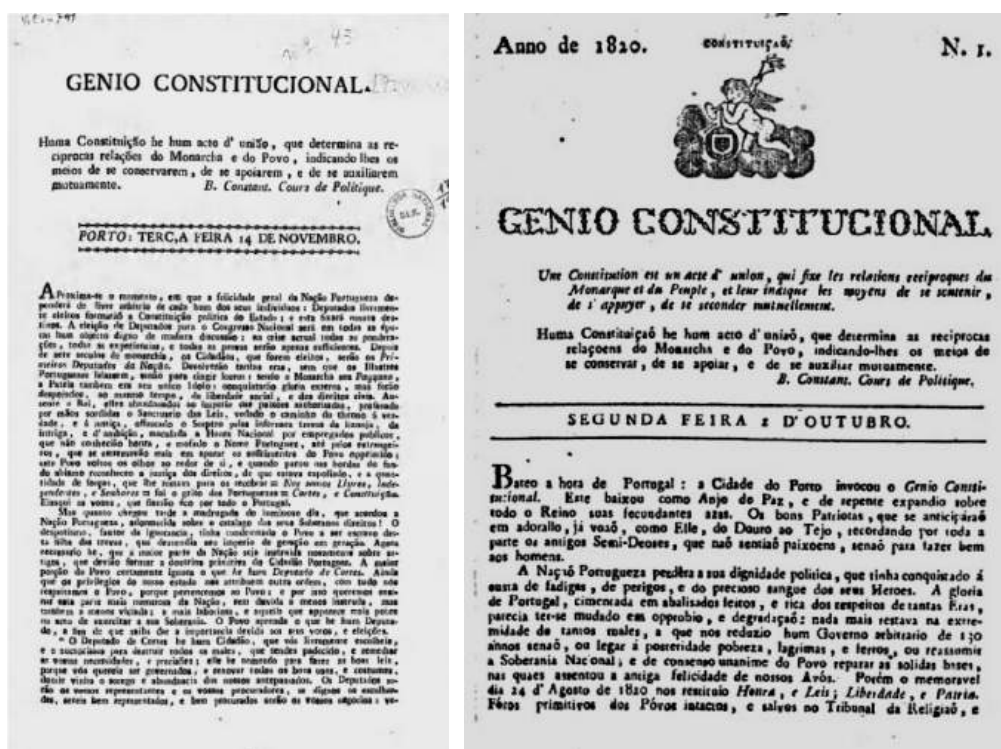
Ainda em 1820, surgiu no Porto o *Génio Constitucional*, em 2 de outubro de 1820, que termina em 30 de dezembro desse mesmo ano, publicando 77 números, além de vários suplementos, informando os seus redatores – Alfredo Braga e António Luís de Abreu –, no seu último número, que por “alguns embaraços particulares, por agora irremovíveis” (muito provavelmente devido a problemas financeiros), suspendiam temporariamente a sua publicação, suspensão que veio a ser definitiva. Era uma folha diária (segunda-feira a sábado), de pequeno formato (21x15,5 cm), com quatro páginas a uma coluna, impressa na Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos. O seu preço era de 20 réis por folha avulsa, ficando a assinatura “dos restantes três meses do ano” por 1440 réis, e podia ser adquirido na loja da oficina que o imprimia. Alguns números chegaram a ser reimpressos no Rio de Janeiro, na Tipografia Real, sendo ali vendido a 80 réis o exemplar.

Era “impresso debaixo da imediata proteção de um dos excelentíssimos membros da Junta do Supremo Governo Provisório do Reino, e com licença da Comissão da mesma Junta”, e tinha por objeto “instruir o público acerca da nossa representação nacional em Cortes, e também dos direitos e deveres do cidadão, que hão de ser consagrados pela Constituição do Estado, prometendo-se também comunicar por meio dele aquelas notícias nacionais e estrangeiras que mais interessantes forem, e conducentes ao seu fim principal” (GC, n.º 1, 2.10.1820). Efetivamente, além de fazer publicar portarias e advertências da Junta Provisória e outras “notícias oficiais”, reservava boa parte do seu espaço às notícias do estrangeiro, quase exclusivamente de países europeus, e, em menor escala, na parte final, também do País.

No cabeçalho, antes ainda da data e local de edição, constava uma citação do pensador Benjamin Constant em favor do constitucionalismo: “Uma Constituição é um ato de união, que determina as recíprocas relações do Monarca e do Povo, indicando-lhes os meios de se conservar, de se apoiar e de se auxiliar mutuamente”.

Pelo seu carácter efémero, não corroboramos a afirmação de José Tengarrinha de que foi então “o mais importante jornal liberal do Porto”, a não ser que o emérito historiador da imprensa portuguesa esteja a referir-se

apenas aos três meses da sua duração (TENGARRINHA, 2013: 336), sendo preferido até pelo *Correio do Porto*, que ainda militava no campo liberal.



Em 1821, ano em que foi promulgada, a 12 de julho, a primeira lei de liberdade imprensa em Portugal, ao *Correio do Porto* – único sobrevivente da imprensa portuense política e de opinião de 1820 (continuava a publicar-se a *Folha Mercantil da Cidade do Porto*) –, juntaram-se três novos jornais:

- o *Patriota Portuense*, diário, que durou apenas esse ano, de 1 de janeiro a 31 de dezembro, impresso na Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos;
- o *Borboleta dos Campos Constitucionais*, iniciado em 12 de maio, e que alterando posteriormente o seu título, mas mantendo a “Borboleta”, vai ser o jornal mais duradouro e mais influente do Porto, funcionando, à semelhança do que já acontecia com o *Patriota Portuense*, como contraponto do absolutista *Correio do Porto*.
- e o *Sentinela Política*, publicado no Porto, mas também em Coimbra e Lisboa, não diário, publicado de 1 de julho de 1821 a 17 de abril de 1823;

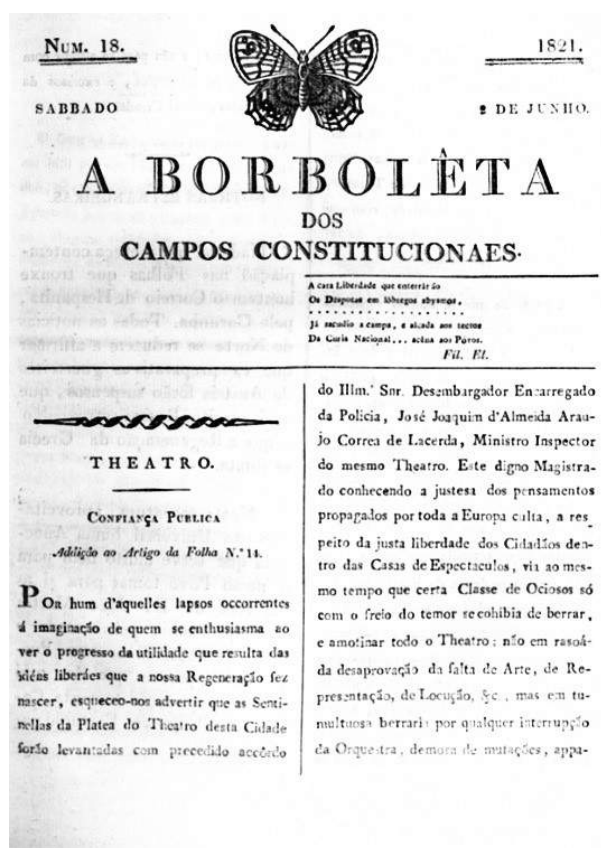
O *Patriota Portuense*, fundado por Azevedo Soares, que também era seu redator, cobriu todo o ano de 1821, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro, num total de 307 números, de feição liberal, destinou-se a atenuar a hegemonia do *Correio do Porto*, a “criar e orientar a opinião pública” com o objetivo de demonstrar “as vantagens dos governos constitucionais” (Basto, 1940: 9). Os seus conteúdos agrupavam-se em secções, nomeadamente as “notícias do estrangeiro”, “sessões das Cortes”, “notícias do Brasil”, “correspondência”, “Porto” e alguma publicidade sob a designação de “avisos”, então comum à imprensa portuguesa. Jornal diário de formato pequeno (28x21 cm), com quatro páginas a duas colunas, era impresso na Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos e vendido por 40 réis.



Em 12 de maio de 1821, sábado, coincidindo com a abertura da Tipografia da Nova Imprensa de João Nogueira Gandra, sita na Rua de Santo António, n.º 28, na cidade do Porto, surgiu o primeiro número de *A Borboleta dos Campos Constitucionais*, autenticamente liberal, redigido pelo próprio

João Nogueira Gandra. A *Borboleta* destinava-se a ser publicada diariamente, com a exceção do domingo, tendo como horário regular de saída entre as 9 e as 10 horas da manhã, tendo cada edição quatro páginas, podendo estender às seis e oito páginas, quando as notícias o justificassem, com a habitual dimensão de 25x20 cm. A 13 de maio de 1821, apesar de ser domingo, surgiu um *Suplemento* ao primeiro número, de duas páginas, o qual irá conhecer novas edições regularmente com duas páginas.

Cada número avulso era vendido por 30 réis, podendo ser subscrito por assinatura – 6 400 réis anualmente; 3 600 réis semestralmente; e 2 000 réis trimestralmente. Os suplementos eram gratuitos para os assinantes. Os anúncios eram pagos a 40 réis cada linha de impressão, a não ser que tratassem dos interesses dos assinantes, sendo, nesse caso, gratuitos. Os suplementos, anunciados por “avisos” em toda a cidade, vendiam-se na loja do *Borboleta*, na Rua de Santo António n.º 25. As “folhas” ou jornais eram entregues em casa dos assinantes do Porto. Fora da cidade, seriam remetidas pelo correio.



Todos os números até ao n.º 61 são impressos “com licença”. Com a promulgação a Lei da Liberdade da Imprensa, em 12 de julho de 1821, o n.º 62 deixa de registar qualquer referência à “prévia censura” a que até então estava submetido, como todos os jornais. Nesse mesmo ano, a partir de n.º 90, de 27 de agosto, passa a designar-se por *Borboleta Constitucional*, ampliando o seu formato para 29 x 20 cm, à semelhança do que acontecia com o *Correio do Porto* e o *Patriota Portuense*, não alterando o preço estabelecido, quer para assinantes, quer para os números avulso. O periódico, que continua a ser diário, não saindo apenas ao domingo (dia em que por vezes surge um suplemento), mantém as secções habituais, dando particular relevo às sessões e decisões das Cortes, notícias estrangeiras, correspondência e avisos (anúncios). E João Nogueira Gandra, oficial do Governo das Armas do Porto, continua a ser o redator.

Logo no primeiro número, num longo editorial, o jornal dizia ao que vinha: “propagar as necessárias ideias constitucionais”, “para instruir a Classe do Povo”, empregando linguagem “chã”, “transcrevendo todas as Notícias, Ideias e Sistemas notáveis que vogam nos países aonde reina a sagrada Liberdade Nacional, ou de ora em diante for reinando”. A sua “profissão pública de fé” assentava na “religiosa crença da liberdade regrada pela lei”. A designação de *Borboleta* traduzia a intenção de falar “indistintamente, bebendo ideias onde quer que apareçam”. A data do seu primeiro número destinava-se a comemorar o aniversário da “fuga” das tropas francesas do Porto, acossadas pelas tropas luso-inglesas.

Nos números seguintes, irá transcrever as representações do general Sebastião Cabreira, a carta de Ferreira Borges, a memória do general Sepúlveda e de outros participantes no movimento militar de 1820 no Porto, documentos que procuravam esclarecer o papel que cada um deles desempenhara na Revolução Liberal. Fornece numerosas notícias agrupadas em “nacionais” e “estrangeiras” – nomeadamente assinalando o “barco a vapor” que, pela primeira vez, ia fazer carreira entre Lisboa e o Porto; a companhia italiana de teatro do Porto; a questão da continuidade ou extinção da Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro; legislação; providências e resumos das sessões das Cortes e da Regência. Fala das “classes sociais e operárias” da cidade do Porto, da morte do 1.º

conde de Amarante, que repudiara a Revolução Liberal do Porto. Acompanha regularmente a situação política do Brasil e de Espanha, mas também de Inglaterra, e dedica um suplemento à morte de Napoleão Bonaparte. Dá notícias de Lisboa e de outras partes do País, como a entrada do rei D. João VI em Lisboa, extratos das ordens do dia do Exército, artigos sobre o Porto e as suas instituições, como por exemplo a Misericórdia da cidade e publica o projeto da Constituição.

Entrando, por vezes, em disputa com o *Correio do Porto* e o *Patriota Portuense*, publica um “catecismo político”, com feição didática”, segundo a fórmula então comum de pergunta/resposta, regista “correspondência” de cidadãos sobre os mais diversos temas, publica editais de autoridade do Porto e descreve minuciosamente o modelo do monumento a “elevar” na Praça da Constituição do Porto. Transcreve o foral do Porto para as pessoas conhecerem e entenderem os impostos que dele faziam parte e continuavam em vigor. Fornece notícias do Porto e da região Norte (entre outros, do Teatro de São João, expostos e presos), retiradas de jornais de Lisboa, do estrangeiro e do Brasil.

Em 22 de agosto de 1821, dá conta da publicação de um folheto da autoria de José Bento Dias de Carvalho, redator do antiliberal *Sentinela Política*, intitulado *Exame crítico do periódico intitulado Borboleta dos Campos Constitucionais, dirigido ao redator do mesmo periódico*, onde analisa negativamente os primeiros 25 números da *Borboleta*.

Dá conta da correspondência diplomática relativa à saída de Portugal dos ministros plenipotenciários da Rússia e da Áustria, a propósito da “população” ter apedrejado as casas dos representantes da Santa Sé e da Áustria em Lisboa. Toma posição contra a Companhia do Alto Douro, publicando artigos e notícias tendentes à reforma ou extinção daquela instituição; publica extratos das sessões das cortes e descreve as festas na cidade do Porto a propósito do primeiro aniversário da Revolução de 24 de Agosto de 1820.

Regista numerosas notícias sobre o Porto e a reforma da Companhia do Alto Douro, de que é crítico. E fornece vários mapas comerciais, da exportação de vinho pela barra do Porto em 1821; decisões tomadas pela

Câmara Municipal do Porto, etc. Continua a acompanhar sistematicamente a evolução política do Brasil; apresenta estatísticas diversas, locais e nacionais, comerciais e demográficas; correspondência de várias partes do Reino; listas de nomeação de magistrados; etc.

Em aviso público (BC, n.º 67, 19.3.1822), João Nogueira Gandra dá conta de que a sua Imprensa está, a partir de então, equipada para dar à estampa outra “obras”. Surgem, a partir de então, sentenças, exposições, justificatórias e respostas a cartas, documentos extensos publicados na íntegra, impressos na sua tipografia.

Contra João Nogueira Gandra saem em 1822 vários folhetos que ele apresenta ao conselho de jurados do Porto. Anuncia no suplemento ao n.º 189, de 22 de agosto de 1822, o prospecto da Sociedade Patriótica Portuense. A *Borboleta Constitucional* vai constituir-se, a partir de então, numa fonte imprescindível para o estudo desta instituição, instalada em 24 de agosto de 1820, numa sala da Casa Pia, por 114 cidadãos portuenses, e que regista em 1823, aquando da sua extinção, na sequência da Vilafrancada, 200 sócios.

Em agosto e setembro de 1822, refere-se aos deputados eleitos para o Parlamento, com os resultados do Porto e de numerosas divisões eleitorais do Reino; noticia a primeira Câmara Municipal do Porto eleita; dedica uma folha a Manuel Fernandes Tomás (n.º 238, 22.10.1822), referindo-se posteriormente à sua morte (Suplemento ao n.º 265); dá especial relevo à cerimónia do juramento da Constituição no Porto (n.º 261), apresenta mapas do clero regular, dos presos da cadeia da Relação.

Em 1823, logo a 2 de janeiro, surge o primeiro número do *Borboleta Duriense*, jornal que continua o *Borboleta Constitucional* – os ventos políticos não estavam de feição para se manter no título de um periódico o “Constitucional” –, o qual se vai manter até 30 de junho de 1823, publicando 144 números. Mantém o mesmo aspeto gráfico e estrutura interna com o texto a duas colunas e quatro páginas (30x20,5 cm), continua a ter como redator João Nogueira Gandra e impressão na tipografia deste. Os seus suplementos passaram a designar-se apenas por *Borboleta*. As condições para os assinantes mantiveram-se, quer quanto à entrega, quer quanto aos anúncios. O valor da assinatura, porém, aumentou – 9 000 réis anualmente,

5 000 semestralmente e 2 800 réis trimestralmente. Os números avulsos custavam dois vinténs e os anúncios passaram a custar um vintém.

Continua a dar grande relevo aos extratos das sessões das Cortes e às “notícias do Brasil”, alarga as “notícias estrangeiras” a outros países, como a Rússia, Prússia e Áustria, mas continua a ocupar-se da Espanha, Inglaterra e França. Regista os nomes da Sociedade Patriótica existentes no Porto (n.º 47) e a tentativa da criação de uma aula de Economia Política na Academia do Porto, que fazia parte de um projeto de decreto de Francisco Soares Franco, de 18 de dezembro de 1822 (n.º 109). Mas a partir de fevereiro, o seu conteúdo é dominado pela sublevação absolutista do 2.º conde de Amarante, Manuel da Silveira Pinto da Fonseca, e pelas operações militares que ocorrem.

Na parte final da sua existência, noticia o movimento absolutista da Vilafrancada, de 27 de maio de 1823, e fornece-nos até a lista dos indivíduos acusados de antiliberais presos na Cadeia da Relação do Porto por motivos políticos (n.º 129), entretanto soltos.

No n.º 143 da *Borboleta Duriense*, de 28 de junho de 1823, informa-se que este jornal diário vai continuar com o título de *Diário do Porto* – na verdade, vai chamar-se *Diário Portuense* –, adornado com as armas da cidade do Porto e com a “sagrada imagem” da Padroeira do Reino, apresentação gráfica destinada a tranquilizar o regime absoluto reinstaurado e a censura prévia restabelecida por decreto de 12 de junho de 1823. No mesmo sentido, no suplemento do n.º 144, de 30 de junho de 1823, João Nogueira Gandra declara que, tendo recebido numerosas cartas anónimas com ameaças e com a acusação de que era “pedreiro livre”, renova o protesto que já fizera no n.º 4 da *Borboleta*, de 4 de janeiro de 1822 (omite o “Constitucional” do título), escrevendo em maiúsculas: “NÓS NÃO SOMOS PEDREIRO LIVRE”. E jura publicamente nunca ter pertencido à “Sociedade Maçónica”, em obediência ao decreto de 26 de junho de 1823, que exigia tal juramento aos empregados públicos, como era o caso dele.

João Nogueira Gandra, oficial maior da secretaria do Governo das Armas do Porto, foi o mais autêntico redator liberal e constitucional da imprensa do Porto durante o Vintismo, defendendo vigorosamente o novo regime,

pondo em causa a Companhia Geral da Agricultura das Vinhas do Alto Douro, a empresa mais poderosa da cidade, mas também os “corcundas”, os “servis”, com rara coragem, no seu jornal e noutros folhetos que saíam da sua tipografia. Pagou cara a ousadia, tendo sido, após a Vilafrancada, demitido e colocado em Pinhel com residência fixa e, posteriormente, em Aveiro. Beneficiando da amnistia entretanto concedida (decreto de 5 de junho de 1824), regressou ao Porto, vigiado pela polícia, até que, em 1826, com a outorga da Carta Constitucional em 29 de abril, voltou ao combate político, recuperando o seu antigo lugar no Governo das Armas do Porto, ressuscitando de imediato a *Borboleta* (16 de julho de 1826 a 14 de fevereiro de 1828), impresso na sua oficina. Participou na Revolução Liberal do Porto de 16 de maio de 1828, tendo-se retirado com as tropas liberais para a Galiza, emigrando de seguida para Inglaterra. Foi citado por carta de édito da Alçada do Porto de 23 de dezembro de 1828, por se encontrar ausente. Mas esta é já outra história...



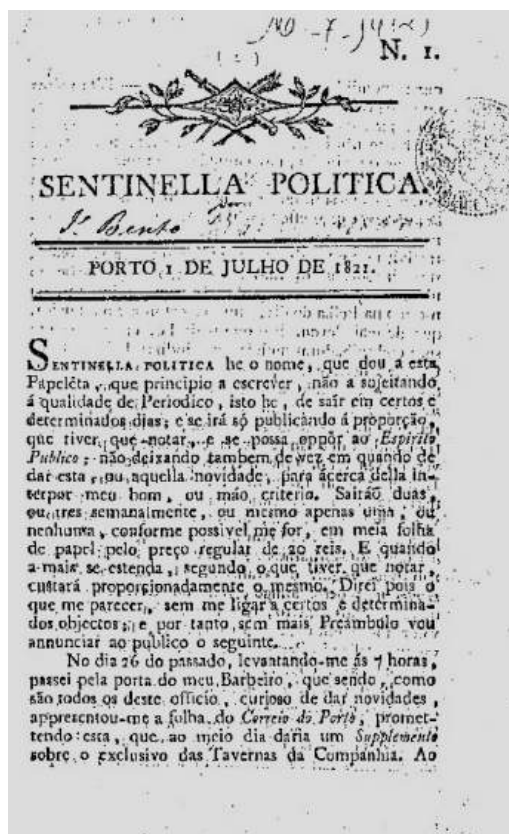
Retrato de João Nogueira Gandra, desenho de José Alves Ferreira Lima, gravura de Joaquim Cardoso
Vitória Villanova, Arquivo Histórico Municipal do Porto

Ainda em 1821, o *Sentinela Política* saiu entre 1 de julho desse ano e 17 de abril de 1823, com uma interrupção de 12 de outubro de 1821 a 1 de abril de 1822, voltando a suspender a publicação no final de 1822 até 1 de fevereiro de 1823. A sua irregularidade tem a ver com as diferentes cidades

em que foi impresso – desde o n.º 1 ao n.º 12, em Coimbra, na Imprensa da Universidade; entre o n.º 13 (1 de abril de 1822) e o n.º 17, no Porto, na Tipografia à Praça de Santa Teresa, de tendência absolutista; e em Lisboa, do n.º 18 (1 de fevereiro de 1823) ao n.º 25, na Tipografia Rolandiana –, embora fosse sempre redigido no Porto.

Apesar do seu redator ter prometido uma periodicidade semanal, nunca foi capaz de a cumprir. Aparecia, segundo o seu redator, José Bento Dias de Carvalho – que escreveu, como vimos, um folheto contra a *Borboleta Constitucional* –, quando fosse necessário para se “opor ao espírito público”, “não sujeitando a papeleta... à qualidade de periódico”, como consta no artigo de apresentação no primeiro número. Como tal, dificilmente pode ser considerada uma publicação periódica.

De tendência antiliberal, era composto em pequeno formato, com quatro a oito páginas, sem qualquer estrutura interna visível, custando 20 réis cada folha, podendo, contudo, o seu preço elevar-se em função do número de páginas.



Em 1822, editaram-se no Porto três novos jornais:

- o *Analista Portuense*, folha diária, que durou apenas esse ano, impresso na Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos;
- o *Periódico Mercantil da Cidade do Porto*, que sucede à *Folha Mercantil da Cidade do Porto* (que vinha, pelo menos, de 1817), e que se manteve até 1828;
- *Os Palradores no Café*, publicado entre dezembro de 1822 e março de 1823, impresso na Tipografia à Praça de Santa Teresa.

O *Analista Portuense* iniciou a sua publicação em 1 de janeiro de 1822 e publicou 153 números até 31 de dezembro do mesmo ano, embora ainda saia um *Suplemento* datado de 2 de janeiro de 1823 (Pereira, [2008]: 279). Tinha por redator António de Santa Bárbara. Apresentava um formato de 30x20 cm, a duas colunas, ao preço avulso de 40 réis a folha (com quatro, seis oito e até dez páginas), e 20 réis a meia folha (duas páginas), que saía às quartas, sextas e domingos, como *Suplemento*. Liberal moderado, defendia a Constituição de 1822, mas estava longe de ser um jornal político. Transcrevia pastorais, legislação, artigos económicos, sessões das Cortes, mas com uma estrutura interna irregular, por vezes, com folhas destinadas a um só tema, e desprovido de “Avisos”.



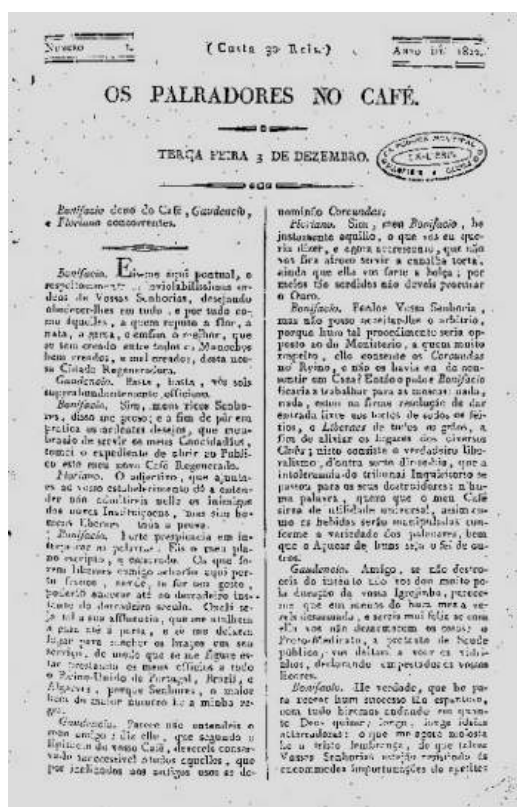
O *Periódico Mercantil da Cidade do Porto*, bissemanal, continua a *Folha Mercantil da Cidade do Porto*. Impresso na Tipografia do *Correio do Porto* à Praça de Santa Teresa, como a *Folha Mercantil*, saía, como já vimos, duas vezes por semana, às terças e sábados, como acontecia com o seu antecessor, com as mesmas duas páginas, mantendo um aspeto gráfico semelhante e continuando para além do período que estamos a tratar.

Na página de rosto, apresentavam-se:

- embarcações saídas pela barra do Porto;
- “embarcações existentes neste rio”;
- “correspondência de medidas” do Porto com medidas estrangeiras (por vezes, informações idênticas quanto a pesos);
- câmbios sobre as principais praças europeias;
- embarcações nacionais e estrangeiras à carga.

No verso da folha, os “preços correntes dos géneros em grosso”, separando os “géneros do Brasil” dos “géneros estrangeiros” (ver Guimarães, 2004a e 2004b).

Os *Palradores no Café*, publicação bissemanal (terça-feira e sábado), começou em 3 de dezembro de 1822, e terminou a 15 de março de 1823, com o número 30, quando anunciou a sua suspensão. Com a dimensão de 30x20 cm, tendo duas páginas a duas colunas, ao preço de 30 réis a folha, apresentava-se em forma de diálogo entre o dono de um café e dois clientes, procurando abordar os vícios e as virtudes de liberais e “corcundas” (absolutistas). Não escondia a sua preferência pela monarquia absoluta.



Em 1823, apenas surgiu um novo jornal no Porto, O *Diário Portuense*, a 1 de julho, ou seja, já depois da Vilafrancada, em 27 de maio deste ano, movimento que restabeleceu a monarquia absoluta e, logo a seguir, a censura prévia (decreto de 11 de junho). Continuator da *Borboleta Duriense*, como o próprio redator, João Nogueira Gandra, anunciara no derradeiro número daquele periódico, O *Diário Portuense* (só *Diário Portuense*, sem o artigo, a partir do n.º 46), vai manter-se até 31 de dezembro do mesmo ano, num total de 150 números, pensamos que já não tendo Gandra como redator, entretanto desterrado do Porto pelas autoridades saídas da Vilafrancada.

O *Diário Portuense* saía às “meias folhas”, em quatro páginas a duas colunas, ao preço de 30 réis por cada número e os suplementos 20 réis, quando de uma página, e 30 réis se tivessem duas páginas, continuando a ser gratuitos para os assinantes. A assinatura semestral tinha o valor de 4 000 réis, ficando a assinatura trimestral por 2 160 réis. Foi editado pela Imprensa do Gandra até ao n.º 17, passando a partir do n.º 18 ser composto na Imprensa da Rua de Santo António, porventura a mesma tipografia, agora designando não o seu proprietário, mas a rua em que estava localizada a loja de João Nogueira Gandra.

Este jornal, devido à censura, procurando sobreviver e garantir as assinaturas anuais que vinham da Borboleta Duriense, limita-se a noticiar as peças oficiais extraídas da Gazeta de Lisboa e alguns factos inócuos, para além de “avisos” comerciais e anúncios – segundo Magalhães Basto, terá sido o primeiro jornal português a explorar este “rendoso negócio” (Basto, 1940: 9). Se assim foi, não percebemos porque é que terminou tão cedo. Apenas para cumprir as obrigações que tinha assumido a Borboleta Duriense com os seus assinantes anuais? Ou será que a censura obrigou à sua extinção, hipótese que nos parece menos provável?

Certo é que, a partir dos inícios de 1824, apenas o *Correio do Porto*, adepto fervoroso do regime absolutista, continuou a publicar-se na cidade, sem concorrentes, uma vez que os jornais liberais do Porto já tinham sido extintos na sequência da Vilafrancada. No âmbito das publicações periódicas, com carácter meramente comercial, mantém-se, como vimos, a *Folha Mercantil do Porto*.

Conclusão

Aqui chegados, importa fazer um balanço geral da imprensa periódica do Porto e no seu âmbito, dos jornais publicados entre 1820 e 1823, esclarecendo desde já que não é fácil identificar “imprensa periódica” com “jornais”, uma vez que, como é sabido, nem todas as publicações periódicas podem ser consideradas jornais, a começar pelas revistas, boletim, anais e outras publicações, ainda que se denominem como tal. Mesmo José Tengarrinha, o maior historiador da imprensa portuguesa, porventura

influenciado por Silva Pereira e outros investigadores, na sua *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das origens a 1865* (2013), ao pretender corrigir “as muitas omissões e erros cometidos até agora na informação sobre os jornais criados” no período entre 1820-1823, através do “levantamento exaustivo” a que procedeu, apresenta títulos de publicações do Porto e de Lisboa que nunca foram jornais, integrando na sua lista meros folhetos, panfletos e até livros (Tengarrinha, 2013: 376-378), que nem características de publicações periódica apresentam, por mais lata que seja a extensão que dermos a esta.

Neste nosso trabalho, separamos o trigo do joio, limitando-nos à imprensa do Porto com as características de jornal, isto é, as publicações quotidianas que apresentam uma certa periodicidade e cujo conteúdo é, em maior ou menor grau, de natureza noticiosa/informativa. Assim sendo, não consideramos publicações de números únicos, nem os livros, folhetos ou panfletos que então proliferaram a favor e contra a Revolução de 1820. Por exemplo, *O cidadão liberal rindo com a sua sanfona dos corcundas portugueses* (Porto, Imprensa do Gandra, 1822), que tantos autores consideram como sendo um jornal, é, na verdade, um livro com 60 páginas de poesia satírica.

Por outro lado, a *Folheta Mercantil*, referida por Adrien Balbi como tendo sido publicada em 1821, no Porto, por lapso, erro de impressão ou de leitura, nunca existiu e só pode ser a *Folha Mercantil da Cidade do Porto*, essa sim, em publicação nesse ano. Tal não impediu que este título fosse considerada uma publicação autónoma, em Portugal e no estrangeiro... sem ninguém o ver. Por exemplo, o *Neue allgemeine geographische und statistische ephemeriden*, um almanaque alemão de 1822, refere-o nesse ano como um dos jornais publicados no Porto; e uma relação em alemão de jornais de vários países vendidos na Prússia em 1824 (*Zeitungs = Preis = Courant für Preussen, auf das jahr 1824*), também o dá como publicado no Porto, classificando-o como “nicht politische tages und worbenblätter” (diários não políticos e publicitários)

Tendo em consideração esta explicação prévia, no Porto, no período considerado, publicaram-se 11 títulos, assim distribuídos por ano do seu aparecimento: cinco em 1820; três em 1821; dois em 1822; e um em 1823. Como evidenciámos no texto, alguns jornais mudaram de designação, mas

são os mesmos desde a sua fundação. O *Periódico Mercantil* de 1822 é a continuação da *Folha Mercantil* de 1820 (e anos anteriores). E a *Borboleta Duriense*, de 1823, sucede à *Borboleta Constitucional*, de 1821-1822, originalmente designada, em 1821, por *Borboleta dos Campos Constitucionais*.

Quanto à sua duração, destes, apenas o *Correio do Porto* e a *Folha/Periódico Mercantil*, de conteúdo eminentemente comercial, cobriram todo os anos referidos. Segue-se, com duração ligeiramente superior a dois anos (1821-1823), embora com diversos títulos, a *Borboleta*. Dos seis que restam, só o *Patriota Portuense* (1821) e o *Analista Portuense* (1822) se publicaram durante um ano.

Quadro n.º 1

Imprensa periódica do Porto (1820-1823) – Cronograma

Periódicos	1820		1821		1822		1823	
	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.	1.º sem.	2.º sem.
Folha Mercantil da Cidade do Porto*								
Diário Nacional								
Regeneração de Portugal								
Correio do Porto								
Génio Constitucional								
Patriota Portuense								
Borboleta dos Campos Constitucionais**								
Sentinela Política								
O Diário Portuense**								
Analista Portuense								
Os Palradores no Café								

* A partir de 1.1.1822, *Periódico Mercantil da Cidade do Porto*

** A partir de 27.8.1821, *Borboleta Constitucional*; a partir de 2.1.1823, *Borboleta Duriense*.

*** A partir do n.º 46, *Diário Portuense*.

Outro aspeto a relevar é que boa parte destes títulos surge em função do desaparecimento de outros, mesmo quando não têm nada a ver com os anteriores. Por exemplo, em 1820, após a Revolução de 24 de Agosto, os primeiros três títulos que então emergem não existiram em simultâneo, numa sucessão que vai desembocar no *Correio do Porto*.

O carácter efémero dos jornais portuenses tem a ver, por um lado, com a sua fragilidade financeira, quando o seu proprietário não dispõe do

património que lhe permita suportar os custos da sua edição, ou quando não existe um grupo de pessoas abastadas ou uma empresa robusta a sustentá-lo, como foi o caso do *Correio do Porto*.

Mas tem também a ver com a sua escassa tiragem e o reduzido número de assinaturas e dos seus compradores eventuais, que não lhe permitia cobrir os custos da sua produção e distribuição, que exigiria, pelo menos, 200 assinantes (Tengarrinha, 2013: 21). O mercado era muito limitado. Como sabemos, para além do poder de compra dos habitantes do Porto, onde eram recrutados fundamentalmente os compradores e leitores dos jornais da cidade, o que contava era o monumental analfabetismo, que assolava a sociedade portuense e nacional. De nada valia o poder de compra dos cidadãos se o seu nível cultural os impedia de lerem os jornais.

No que diz respeito ao conteúdo, com exceção da *Folha/Periódico Mercantil*, todos são jornais políticos, colocando-se, mais ou menos claramente, a favor ou contra o novo regime liberal. Em 1820, todos são liberais. Em 1821, surgem dois novos jornais liberais, mas o *Correio do Porto* passa a militar sob a bandeira do regime absoluto. Em 1822, surge um título de tendência liberal e outro de feição contrária. Em 1823, continua um jornal liberal até à Vilafrancada, ao qual sucede outro desprovido de conteúdo político. Ou seja, entre 1821-1823, existe um certo equilíbrio entre as duas tendências que, a partir de meados de 1823, desaparece para triunfar a orientação absolutista. A evolução destes periódicos acompanha a evolução dos acontecimentos políticos, com a independência do Brasil, em setembro de 1822, a ter uma influência determinante na “opinião pública” (burguesia), obrigando a moderar o discurso da imprensa de feição liberal.

Quanto à impressão, feita em prelos de madeira, existiam três tipografias na cidade, como já vimos ao falar de cada jornal: a Imprensa da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, a mais antiga; a Imprensa do Gandra, mais tarde Gandra e Filhos, fundada em 1821 por João Nogueira Gandra, considerada a de melhor qualidade; e a Tipografia à Praça de Santa Teresa, todas elas funcionando também como lojas de livros, embora os jornais fossem igualmente vendidos noutras livrarias e lojas espalhadas pelo centro do Porto. Enquanto as duas primeiras imprimiam os jornais e folhetos liberais, a Tipografia à Praça

de Santa Teresa era responsável pelo jornal *Correio do Porto* e outras publicações de cariz absolutista. Em 1823, surgiu uma nova tipografia, a Imprensa na Rua de Santo António, mas com pouco sucesso.

As tipografias constituíam igualmente locais de venda dos jornais aí impressos, que, por vezes, tinham anexas as suas próprias lojas, como a Loja do *Correio do Porto*, à Praça de Santa Teresa, e a Loja da Imprensa da *Borboleta*, na Rua de Santo António, n.º 25, para a *Borboleta Constitucional* e outras publicações de índole liberal. Sublinhe-se que em Portugal, por 1821-1822, apenas existiam tipografias em três cidades, Porto, Coimbra e Lisboa.

Para além das tipografias e suas lojas, os jornais eram vendidos em lojas de livros, distribuídos ao domicílio pelos assinantes que viviam na cidade do Porto, eventualmente – sobretudo os suplementos –, através de vendedores ambulantes, em casas de particulares, e enviados pelo correio, no caso dos assinantes que viviam fora do Porto.

Quadro n.º 2

Imprensa periódica do Porto (1820-1823) – Características principais

Periódico	Redator	Periodicidade	Preço	Tipografia	Posição política
Folha Mercantil da Cidade do Porto	?	Bisemanal (terças e sábados)	?	Tipografia à Praça de Santa Teresa	Neutro
Diário Nacional	António Norberto Fernandes	Diário (exceto domingos)	30 réis	Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos	Liberal
Regeneração de Portugal	?	Diário (exceto domingos)	20 réis	Tipografia à Praça da Santa Teresa	Liberal
Correio do Porto	Joaquim Rodrigues de Andrade; João António Frederico Ferro	Diário (exceto domingos)	20 réis	Tipografia à Praça da Santa Teresa	Liberal; a partir de 1821, absolutista
Génio Constitucional	Alfredo Braga; António Luís de Abreu	Diário (exceto domingos)	20 réis	Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos	Liberal
Patriota Portuense	Azevedo Soares	Diário (exceto domingos)	40 réis	Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos	Liberal

Periódico	Redator	Periodicidade	Preço	Tipografia	Posição política
Borboleta dos Campos Constitucionais	João Nogueira Gandra	Diário (exceto domingos)	30 réis	Tipografia da Nova Imprensa de João Nogueira Gandra	Liberal
Sentinela Política	José Bento Dias de Carvalho	Irregular	20 réis	Tipografia à Praça de Santa Teresa	Absolutista
O Diário Portuense	João Nogueira Gandra?	Diário (exceto domingos)	30 réis	Imprensa do Gandra; Tipografia da Rua de Santo António	Neutro
Analista Portuense	António de Santa Bárbara	Diário (exceto domingos)	40 réis	Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos	Liberal moderado
Os Palradores no Café	?	Bisemanal (terças e sábados)	30 réis	Tipografia à Praça de Santa Teresa	Absolutista

Fontes e bibliografia

Analista Portuense. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1822.

Borboleta Constitucional. Porto: Imprensa do Gandra, 1821-1822.

Borboleta dos Campos Constitucionais. Porto: Imprensa do Gandra, 1820-1821.

Borboleta Duriense. Porto: Imprensa do Gandra, 1823.

Correio do Porto. Porto: Tipografia à Praça da Santa Teresa, 1820-1823.

Diário Nacional. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1820.

Diário Portuense (O). Porto: Imprensa do Gandra; Tipografia da Rua de Santo António, 1823.

Folha Mercantil da Cidade do Porto. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa, 1820-1821.

Génio Constitucional. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1820.

Palradores no Café (Os). Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa, 1822-1823.

Patriota Portuense. Porto: Tipografia da Viúva Alvarez Ribeiro & Filhos, 1821.

Periódico Mercantil da Cidade do Porto. Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa, 1822-1823.

Regeneração de Portugal. Porto: Tipografia à Praça da Santa Teresa, 1820.

Sentinela Política. Coimbra: Imprensa da Universidade, 1821; Porto: Tipografia à Praça de Santa Teresa, 1822; Lisboa: Tipografia Rolandiana, 1823.

- BALBI, Adrien. 1822. *Essai Statistique sur le Royaume de Portugal et D'Algarve*, 2 volumes. Paris: Chez Rey et Gravier, Libraires.
- BASTO, Artur de Magalhães. 1932. *O Porto do Romantismo*. Coimbra: Imprensa da Universidade.
- BASTO, Artur de Magalhães. 1940. *Três Fases do Jornalismo Portuense*. Separata do *Boletim da Câmara Municipal do Porto*, n.º 2. Porto: Câmara Municipal do Porto.
- CUNHA, Alfredo da. 1941. *Elementos para a História da Imprensa Periódica Portuguesa (1641-1821)*. Separata das *Memórias da Academia das Ciências de Lisboa*, classe Letras, 4.
- Diário das Cortes Geraes e Extraordinarias da Nação Portuguesa*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1821-1822.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves. 2004a. “Alguns (quase) desconhecidos periódicos do Porto no período constitucional”. In Jorge Pedro Sousa (org.), *Jornalismo de Referência. Actas do I Congresso Luso-Brasileiro de Estudos Jornalísticos / II Congresso Luso-Galego de Estudos Jornalísticos*. Porto: Edições Universidade Fernando Pessoa, pp. 343-350.
- GUIMARÃES, J. A. Gonçalves. 2004b. “Da imprensa oitocentista como fonte histórica: análise de alguns periódicos mercantis do período constitucional”. IN’CID. *Revista de Ciências da Informação e da Documentação*, ano I, n.º 1, pp. 237-256.
- MESQUITA, João Carlos de Vilhena e César. 1997. *A Ilustração nas publicações periódicas portuguesas (1820-1850)*, 3 volumes. Dissertação de mestrado em História da Arte. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto.
- PEREIRA, Augusto Xavier da Silva. [2008]. *Diccionario Jornalístico Portuguez*. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa. Edição em DVD.
- REIS, António do Carmo. 2000. *A Imprensa do Porto Romântico (1836-1850): Cartismo e Setembrismo*. Lisboa: Livros Horizonte.
- SOUSA, Fernando de. ROCHA, Ricardo. MONTEIRO, Isilda. AMORIM, Paulo. 2020. *Félix Pereira de Magalhães (1794-1878)*. Porto: Fundação Eng. António de Almeida.
- SOUSA, Fernando de. VIEIRA, Francisco. DIAS, Joana. 2003. “A administração da Companhia Geral de Agricultura das Vinhas do Alto Douro (1756-1852)”. Separata da revista *População e Sociedade* n.º 10. Porto: CEPESE.
- TENGARRINHA, José, 2013. *Nova História da Imprensa Portuguesa. Das Origens a 1865*. Lisboa: Temas e Debates – Círculo de Leitores.